



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

JOSÉ WILAME BATISTA DE FREITAS

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO:

**Estudo de caso sobre a construção do orçamento público no município de
Amparo-PB.**

**SUMÉ - PB
2014**

JOSÉ WILAME BATISTA DE FREITAS

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO:

**Estudo de caso sobre a construção do orçamento público no município de
Amparo-PB.**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Professor Me. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento

**SUMÉ - PB
2014**

F866o Freitas, José Wilame Batista de
Orçamento paticipativo: estudo de caso sobre a
construção do orçamento público no município de Amparo-PB.
/ Freitas, José Wilame Batista de. - Sumé: [s.n], 2014.
36p.

Orientador: Professor Me. Alex Bruno Ferreira Marques do
Nascimento

Artigo Científico (Trabalho de Conclusão de Curso) -
Universidade Federal de Campina Grande; Centro de
Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de
Tecnologia Superior em Gestão Pública.
ISBN 978-85-357-0798-4 (broch).

1. Orçamento paticipativo. 2. Gestão pública. 3. Amparo
- cidade - Paraíba. 4. Planejamento - município. 5.
Orçamento público. I. Nascimento, Alex Bruno Ferreira
Marques do. II. Título

CDU 323.21(045)

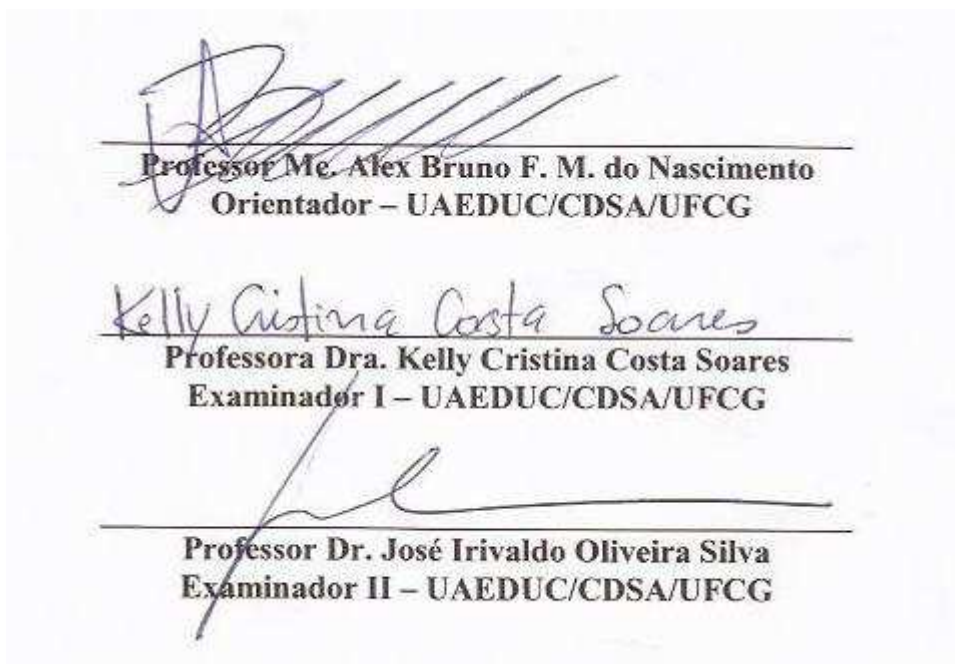
JOSÉ WILAME BATISTA DE FREITAS

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO:

**Estudo de caso sobre a construção do orçamento público no município de
Amparo-PB.**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCADA EXAMINADORA:



Trabalho aprovado em: 04 de setembro de 2014.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, devo agradecer a Deus, pela oportunidade de poder estar vivendo este momento, e por todas as oportunidades concedidas em toda minha vida. Agradecer de maneira especial, ao Prof. Alex Bruno, pela confiança em orientar e de acreditar que era possível com a reunião de nossas forças construirmos este trabalho. Obrigado pela sua generosidade e em disponibilizar parte do seu tempo para ajudar na construção deste trabalho.

Agradecer a minha família, pelo apoio de sempre, pois vocês nunca deixaram de torcer por mim quando estive em busca de novas conquistas pessoais.

Quero agradecer aos queridos professores: Patrícia Trindade, Irivaldo Oliveira, José Maria Nóbrega, Gilvan, Marciano Monteiro, Kelly Soares, Luís Antônio e Junior Campos. Enfim, caso tenha esquecido neste momento de pessoas do corpo docente, mas tenham a certeza, que jamais esquecerei a contribuição de cada uma para a minha formação.

Para encerrar esta seção, quero agradecer com muito afeto aos amigos Wagner, Wandson, Luzy, Camylla e Alberto Brito, pessoas do meu dia a dia, e que sempre torceram e me incentivaram para que este momento se tornasse realidade.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Distribuição de frequência do perfil quanto ao gênero dos entrevistados.....	18
Tabela 02	Distribuição de frequência do perfil quanto à faixa etária.....	19
Tabela 03	Distribuição de frequência do perfil quanto à renda familiar dos entrevistados.....	23
Tabela 04	Distribuição de frequência quanto ao conhecimento ao tema “Orçamento Participativo”	24
Tabela 05	Distribuição de frequência de como os entrevistados classifica o tema “Orçamento Participativo”.....	24
Tabela 06	Distribuição de frequência sobre o interesse dos entrevistados ao tema “OP” para construção do Orçamento Público Municipal.....	25
Tabela 07	Distribuição de frequência quanto à participação na reunião do “Orçamento Participativo” local.....	26
Tabela 08	Distribuição de frequência quanto acreditar na realização das obras e serviços públicos escolhidos na plenária do “Orçamento Participativo” local.....	27
Tabela 09	Distribuição de frequência quanto ao conhecimento das leis orçamentárias.....	28
Tabela 10	Distribuição de frequência quanto a quem solicitar as melhorias para a cidade.....	28

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Distribuição de frequência do perfil quanto ao estado civil dos entrevistados.....	19
Figura 02	Distribuição de frequência do perfil quanto ao grau de escolaridade dos entrevistados	20
Figura 03	Distribuição de frequência do perfil relacionado ao trabalho que exerce o entrevistado	21
Figura 04	Idade x Conhecimento dos entrevistados	22
Figura 05	Relação entre o conhecimento sobre o OP e a escolaridade dos entrevistados	22
Figura 06	Distribuição de frequência quanto ao meio que teve conhecimento sobre “Orçamento Participativo”	25

RESUMO

O presente artigo aborda o tema Orçamento Participativo (OP). Este tido como ferramenta institucional, espaço destinado à reunião da sociedade civil e governo, com a finalidade de debater e discutir a transferência dos recursos públicos, que serão investidos em obras e outros serviços públicos das comunidades mais carentes da população. Pensar sobre OP significa compreender o processo de socializar informações de interesse coletivo e o incentivo à participação na construção do orçamento público e na realização do planejamento municipal. O objetivo geral da pesquisa foi verificar qual o grau de conhecimento da população do município de Amparo-PB sobre o tema OP e o processo de construção do Orçamento Público Municipal. Como objetivos específicos, verificar os mecanismos de participação social na administração Pública municipal; analisar o Orçamento Participativo no município de Amparo-PB e o desempenho institucional na Gestão Pública a partir de casos de sucesso; e examinar o interesse da população de Amparo-PB em participar do Orçamento Público. A metodologia empregada classifica-se de caráter descritivo, exploratório e quantitativo, (exploratório, mas que permitiu estatística descritiva acerca da visão do cidadão sobre a participação política) com o uso da técnica de entrevistas e aplicação de um questionário. Nos resultados, obteve-se uma explanação da plenária do Orçamento Participativo (OP) no município de Amparo-PB e suas principais demandas elegidas. Foi verificado que, caso a administração municipal torne esta ideia de OP efetiva, o governo deste município transfere parte do poder político aos cidadãos e dá demonstração de transparência das ações da administração pública municipal.

Palavras-chaves: Orçamento. Participação Política. Transparência da gestão pública.

ABSTRACT

This article discusses Participatory Budgeting (PB). This had as an institutional tool for the space of civil society and government meeting in order to debate and discuss the transfer of public resources to be invested in other public works and services of the poorest communities of the population. Think about OP means understanding the process of socializing information of collective interest and to encourage participation in the construction of the public budget and the completion of the municipal planning. The overall objective of the research was to determine what degree of knowledge of the city of Amparo PB-OP on the subject and the process of construction of the Municipal Public Budgeting population. Specific aims were to verify the mechanisms of social participation in local public administration; analyze the Participatory Budget in the city of Amparo-PB and institutional performance in Public Management from the success stories; and examine the interests of the population of Amparo-PB to participate in the Public Budget. The methodology classifies descriptive, exploratory and quantitative character, (exploratory, descriptive statistics but allowed about the vision of citizens on political participation) using the technique of interviews and a questionnaire. In the results, we obtained an explanation of the plenary of the Participatory Budgeting (PB) in the city of Amparo-PB and elected its main demands. It was found that if the municipal administration make this idea effective OP, the government of this municipality transfers of political power to the citizens and gives demonstration of transparency of the actions of the municipal government.

Key words: Budget. Political Participation. Transparency in public management.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, ORÇAMENTO PÚBLICO E SUA FUNÇÃO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL.....	11
2.1	Início e Experiências do Orçamento Participativo no Brasil.....	11
2.2	Uma perspectiva sobre Orçamento Participativo.....	12
2.3	Orçamento Público e a sua Função de Planejamento Municipal.....	15
2.4	Dificuldades a Implementação do Orçamento Participativo.....	16
3	METODOLOGIA.....	21
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
	REFERÊNCIAS.....	33
	APÊNDICE (A).....	35

1 INTRODUÇÃO

Este artigo abordará o tema “Orçamento Participativo”, doravante OP, entendido como instrumento decisório inovado que insere a sociedade civil no debate e nas ações da administração públicas sobre a deliberação e fiscalização de parte dos recursos públicos destinado às obras e outros serviços públicos.

É função do OP, negociar nas assembleias regionais e temáticas, através do diálogo de cidadãos e representantes do governo, a alocação de recursos públicos, para áreas de comunidades mais carentes, promovendo justiça social (WAMPLER, 2008).

A importância de pesquisar sobre o tema OP, é que este instrumento possibilita uma discussão e ao mesmo tempo, realiza um processo educativo democrático, mostrando a sociedade os meios de construção do orçamento público, sendo que, o seu desenho institucional, permite a reunião de segmentos da sociedade e governo, para definir onde devem ser aplicados parte dos recursos públicos.

Sobre o universo de pesquisa, a cidade de Amparo-PB foi definido como objeto de estudo, pelo fato do município ser emancipado apenas há 17 (dezessete) anos, e nesta localidade, ter havido uma plenária do OP. Daí, a importância de um estudo, para saber o interesse por parte dos entrevistados no universo de pesquisa, em discutir e opinar na construção do seu orçamento público. Concretizando esta ideia de implantação do OP nesta localidade, será possível realizar um melhor planejamento das ações do governo.

O problema da pesquisa, de acordo com a utilização de questionamento acerca dos incentivos e motivações para participação política dos cidadãos da cidade de Amparo –PB, pode-se considerar as seguintes questões: de que forma esse instrumento de participação chega até os cidadãos? E de que modo os cidadão conhecem e /ou se interessam pela construção do orçamento público do município?

A presente pesquisa teve como objetivo geral, verificar qual o grau de conhecimento da população do município de Amparo-PB sobre o tema OP e o processo de construção do Orçamento Público Municipal. Como objetivos específicos, verificar os mecanismos de participação social na administração Pública municipal; analisar o Orçamento Participativo no município de Amparo-PB e o desempenho institucional na Gestão Pública a partir de casos de sucesso; e examinar o interesse da população de Amparo-PB em participar do Orçamento Público.

A metodologia empregada classifica-se de caráter descritivo, exploratório e quantitativo, com a utilização de estatística descritiva acerca da visão do cidadão sobre a

participação política com o uso da técnica de entrevistas e aplicação de um questionário, através de amostras aleatórias entre a comunidade de Amparo – objeto de estudo.

Na seção seguinte e suas subdivisões, será a descrição do tema e fundamentação teórica. Ela abordará sobre OP e Orçamento Público como função de planejamento municipal; na seção 3, será descrito o tipo, o método, as técnicas e o instrumento da pesquisa; a seção 4 reserva-se a análise e interpretação dos dados coletados; na seção 5, será feita as considerações finais da pesquisa e; Para encerrar, têm-se a seção das referências, que listará as fontes que serviram de subsidio ao pesquisador.

2 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, ORÇAMENTO PÚBLICO E SUA FUNÇÃO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

2.1 INÍCIO E EXPERIÊNCIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO BRASIL

Ainda no período do regime militar, uma pequena quantidade de municípios governados pela frente partidária MDB¹, defendia a adoção de políticas participativas. As referidas experiências de participação ocorreram em algumas cidades e uma das experiências foi à cidade de Piracicaba-SP, no período de 1977-1982. Uma das razões da ideia era a participação da comunidade no processo decisório (SOUZA, 2001).

Nesta mesma época do caso de Piracicaba-SP, outro município adotou a experiência e ganhou visibilidade. O outro município referido que experimentou a ideia de participação das decisões foi Lages (SC), cuja administração era comandada pelo prefeito do então MDB, mas a principal característica deste município não foi estimular a participação no processo orçamentário e sim na promoção de pequenas iniciativas urbanas, implementadas cooperativamente entre governo e a comunidade.

O propósito era governar com a colaboração popular da comunidade, mas como não havia organização, o governo incentivou a criação de associações comunitárias. Mesmo esta experiência de Lages (SC) ter ficado vista como paradigmática, por falta de organização da comunidade ela não alcançou os seus objetivos (SOUZA, 2001).

Nos anos 80, é público que existia na sociedade civil brasileira um desconforto quanto às instituições formais de democracia representativa, tais como os partidos políticos e as instituições legislativas, daí surgem à ideia de novos instrumentos de diálogo da sociedade civil e Estado.

¹ Movimento Democrático Brasileiro

Nesse processo de desconfianças das instituições formais, aparece a estratégia inovadora do “Orçamento Participativo”, que junto com as conquistas da carta cidadã de 1988, aumentou a influência de novos atores sociais nas instituições políticas.

O Orçamento Participativo surge e passa a se fortalecer logo após o ano de 1988 com a promulgação da Constituição Federal e a conseqüente expansão dos espaços democráticos no Brasil, em seguida, no ano de 1989, a prefeitura da cidade de Porto Alegre-RS, dá início à implantação ao OP como sendo uma das cidades pioneira a realizar esta idéia inovadora.

Nesse sentido, o Orçamento Participativo surgiu a partir de condições muito particulares da cidade de Porto Alegre, levando em conta a existência de uma forte tradição de organização da sociedade civil e em particular dos movimentos comunitários, sendo ainda no século XX, estabelecendo, deste modo, visibilidade e reconhecimento como uma das instituições mais conhecidas internacionalmente devido ao sucesso de sua experiência (BAIERLE, 1998; BAQUERO, 2000; AVRITZER, 2006).

Porto Alegre obteve uma política diferenciada comparada à outras regiões do Brasil, uma vez que foi a única cidade na qual o PTB² ganhou eleições de forma continuada entre os anos de 1946 e 1964 (AVRITZER, 2006). Isto tornou a conjuntura política da cidade de Porto Alegre diferente da vigente em outras cidades brasileiras em momento posterior a redemocratização brasileira em 1985 (AVRITZER, 2008). Belo Horizonte também apresentou êxito em relação à participação e aos aspectos distributivos (PIRES, 2007).

O OP foi uma maneira de a sociedade civil conseguir aumentar sua opinião e participação nas decisões políticas do Estado. Neste momento de implantação do OP, foi uma fase que indicava para uma direção de um sistema político mais democrático e plural, composto de diversas ferramentas de participação.

No início da experiência do OP, implantado na administração da prefeitura de Porto Alegre-RS, tinha a frente o comando do Partido dos Trabalhadores (PT), mas não só as administrações municipais comandadas por partidos de esquerda, vários outros partidos de ideologias diferentes aceitaram o modelo de OP. No ano 2000, mais de cem municípios tinham adotado o OP, independentemente de vertente política. A maioria destes municípios era de médio e grande porte, que incluíram princípios do OP no processo de decisão (CAVALCANTI, 2007).

Quando se fala em OP, a cidade de Porto Alegre-RS é reconhecida como um modelo clássico sobre o tema. Pois ela serve de objeto de estudo, pelo motivo de ser uma das mais

² Partido Trabalhista Brasileiro

antigas na experiência do OP e seu vínculo quanto à história de êxito da implantação desta experiência.

Outro caso de experiência do OP, tido como de sucesso, foi em Belo Horizonte-MG. Esta cidade deu início a sua experiência do OP, no ano de 1993, mesmo assim, Porto Alegre-RS e Belo Horizonte-MG, continuam sendo objeto de estudos e análises nesta temática (SOUZA, 2001).

2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO E A SUA FUNÇÃO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

O Orçamento Público teve sua formalização no período feudal da Idade Média. Sua função da época era sobre o controle contábil, e tinha como foco a ênfase no objeto de gasto e o estrito emprego das dotações para o qual foi imaginado. Neste período, o orçamento era um documento sem maior complexidade, era apenas para que o governante executasse apenas o que foi determinado.

Já no século XX, com a consolidação da administração como ciência, o Orçamento Público adota a metodologia de orçamento-programa. Este modelo passa a definir e fixar despesas públicas a partir das necessidades constatadas, dentro de um orçamento-programa.

O Orçamento Público é uma lei, ou seja, um documento público. Quem o elabora, portanto, tem o dever de transformá-lo em um documento transparente – princípio da Publicidade - não um documento sigiloso e obscuro, conforme a vontade de quem o elabora. Ele torna-se público porque se destina a suprir as necessidades da população e da administração pública (COSTA, 2005).

Outra característica do orçamento ser público, além de ser instituído pela Constituição Federal de 1988, a população pode participar da elaboração e execução, contribuindo na apresentação de propostas e fiscalização do que foi planejado. É público também porque é debatido, emendado e aprovado, em sessão pública pelos vereadores.

Como descrito no título desta subseção que há uma ligação entre Orçamento Público e o seu papel de planejamento. Observa-se:

O orçamento público é uma ferramenta de planejamento público que o governo utiliza para definir suas políticas de aplicação de recursos públicos refletindo na prestação de serviços a comunidade, com fim de promover o desenvolvimento econômico e social de uma localidade, seja ela, município, estado ou país (VIANA, 2009, p. 26).

Em outras palavras, o orçamento é um instrumento de confirmação de planos que destina recursos aos mais variados órgãos da administração, traduzindo os anseios e

necessidades da comunidade, e ajudando na tomada das decisões. Na gestão, os recursos do orçamento são administrados no presente, no planejamento, a preparação é voltada para melhorias futuras ou diminuição de possíveis problemas. Este é o elo que se observa entre Orçamento Público e planejamento.

Como afirma AZEVEDO (1994 *apud* COSTA, 2005, p. 65), “O planejamento municipal tem a função de pensar a cidade a curto, médio e longo prazo, e compatibilizar as políticas setoriais e as intervenções pontuais com os objetivos ali estabelecidos”. Nessa relação de orçamento-planejamento, um conjunto de leis interligadas e vinculadas mostra o elo desses instrumentos: O Plano Plurianual (PPA) trata da previsão de despesas com obras e serviços que duram por 04 (quatro) anos.

A partir da discussão e aprovação desta lei orçamentária que define diretrizes, objetivos e metas, ela terá a vigência nos 03 (três) anos seguintes e no primeiro ano da administração que se seguir; a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) define metas para o ano seguinte de sua aprovação e tem vigência anual. Também estabelece regras e metas para a elaboração da LOA³; a LOA é a previsão de receitas e despesas a serem executadas anualmente. Esta lei define a fonte de receitas e determina às despesas por órgão, programa, subprogramas e atividades governamentais.

Percebe-se que o orçamento está sempre interligado ao planejamento, os dois caminham de “mãos dadas”. Ele tanto tem a função de realizar o presente como à possibilidade de pensar o futuro. Essas observações ficam explícitas na função das leis que prevêm o orçamento, PPA, LDO e LOA.

2.2 UMA PERSPECTIVA SOBRE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

No final dos anos 80, com a promulgação da CF⁴1988 ou carta cidadã, o Brasil começa a conviver com momentos de transformação, pois, a partir deste documento jurídico, que concede uma gama de direitos individuais e coletivos através da supremacia do interesse público e o bem-estar social, fortalece a democracia e a participação do povo nas decisões governamentais.

Novas tecnologias, desenvolvimento econômico e mudanças culturais foram acrescentados à vida da população brasileira. Daí, com tudo que foi adquirido de direitos, um novo tempo se inicia para os cidadãos. É neste momento que aparece uma nova forma de

³Lei Orçamentária Anual

⁴Constituição Federal

participação e empoderamento da sociedade civil, para a discussão e deliberação sobre a destinação de parte dos recursos públicos a serem investidos em obras e outros serviços.

Quando se fala em conquistas de direitos através da CF. de 1988 e outras inovações, este foi um momento “divisor de águas” para que os cidadãos fossem incluídos ao debate e deliberação de recursos que seriam investidos nas diversas áreas do setor público.

Esta inovação é descrita como instrumento que tem a função de ouvir a sociedade civil nos seus reclames, e a partir das sugestões nas assembleias regionais e/ou temáticas, selecionar as prioridades da comunidade e delegar a decisão final aos conselheiros e técnicos da administração, para que realizem a elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA e posterior submissão a aprovação pelo poder Legislativo, transformar a proposta apresentada em Orçamento Público anual.

O OP é definido como instrumento básico de contrato político entre a sociedade civil e o Estado. É uma forma de gestão compartilhada nas discussões e definições para a construção do Orçamento Público, tendo como principal arena o âmbito local.

O Orçamento Participativo, que é um mecanismo democrático das administrações comprometidas com planejamento de ação que atende aos interesses da comunidade e que visa através do diálogo, do debate da socialização dos projetos, priorizar os serviços, o atendimento e o desenvolvimento igualitário na sociedade (ARAÚJO, 2011, pág. 5).

Este instrumento OP, demonstra que a gestão pública passa a adotar um novo modelo de ação para a elaboração do orçamento público. Pois são essas atitudes inovadoras que contrariam a forma tradicional de uso dos recursos públicos.

O contrato político que é firmado entre a sociedade civil e o Estado, para a construção do Orçamento Público através do OP, é fruto de uma participação mais ativa das organizações civis, dos sindicatos e das instituições políticas formais etc.. A essa participação e monitoramento sobre a construção do Orçamento Público pelas organizações da sociedade civil e pelas instituições políticas, denomina-se de controle social.

Chamamos de **controle social**[grifo do autor] aos mecanismos materiais e simbólicos, disponíveis em uma dada sociedade, que visam eliminar ou diminuir as formas de comportamentos desviantes individuais ou coletivas. [...] Também configuram formas de controle social as regras que orientam as recompensas e as punições existentes tanto na sociedade como um todo, presentes em seus códigos e constituições [...]. (COSTA, M. 2005, pág. 389, grifo do autor).

Esta ação de acompanhamento e fiscalização pelos órgãos competentes sobre as decisões quanto o uso e destinação dos recursos públicos para investimentos em obras e outros serviços da responsabilidade do poder público é chamada de controle social.

A noção de participação e controle social está intimamente relacionada. Por meio da participação na gestão pública, os cidadãos podem participar na tomada de decisão do governo, orientando a administração para que adote medidas que realmente atendam ao interesse público e, ao mesmo tempo, possam exercer controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público cumpra com o princípio da publicidade, preste contas de sua atuação e administre a máquina pública sempre com responsividade e *Accountability*⁵.

A participação contínua da sociedade na gestão pública é um direito assegurado pela Constituição Federal, permitindo que os cidadãos não só participem da formulação das políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente a aplicação dos recursos públicos (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2014).

A participação pode ser entendida um processo na qual o homem se descobre como sujeito político, exercendo os direitos políticos, ou seja, uma prática que está diretamente relacionada à consciência dos cidadãos e cidadãs, ao exercício de cidadania, às possibilidades de contribuir com processos de mudanças e conquistas (VIANA, 2009, pág. 13).

Participação e acompanhamento da sociedade civil sobre a discussão e na alocação de parte dos recursos públicos para investimento em obras e outros serviços, tem sido parte dos direitos assegurados pela CF. de 1988, tendo em vista que o instrumento - OP - não está restrito apenas às assembleias regionais e temáticas, mas a um conjunto de regras e procedimentos que o vinculam ao desenho institucional.

É um programa inovador, pois suas regras promovem justiça social ao assegurar mais recursos para áreas mais pobres, ao encorajar a participação através da distribuição de recursos para cada uma das regiões do município em função da mobilização dos membros das respectivas comunidades (WAMPLER, 2008, pág. 69)

O OP funciona com mais de um tipo de participação. Existem as decisões com a participação direta dos cidadãos e as decisões por meio da participação dos representantes eleitos. No primeiro caso, tem-se como exemplo, a participação das pessoas nas assembleias regionais e temáticas. No segundo, as decisões dos delegados e conselheiros nos conselhos e fóruns do Orçamento Participativo decidem sobre a coletividade inteira. (BOBBIO, 2000).

Outrossim, o desenho institucional do OP constitui-se de forma *sinequa non* pela participação efetiva de pessoas, seja de forma direta ou por representantes eleitos. Nesse sentido, um dos principais objetivos do OP é eliminar e/ou diminuir as desigualdades sociais,

⁵Responsabilidade; transparência; na gestão pública.

incentivando a participação dos cidadãos na discussão e deliberação, para que a distribuição dos recursos públicos seja para as comunidades mais carentes da sociedade.

2.4 DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O OP tem sido tratado por diversos autores, como sendo uma inovação e iniciativa de sucesso, pelas várias experiências já estudadas e examinadas em diversas localidades, para o processo de criação de políticas públicas nos diversos seguimentos, como saúde, educação, obras de infra-estrutura, investimentos, entre outros. Através dele, cria-se a possibilidade de participação dos cidadãos no controle e acompanhamento sobre as decisões políticas do Estado. Os casos de Porto Alegre-RS e Belo Horizonte - MG, são exemplos clássicos de experiências de êxito do OP.

Para tanto, aponta-se pelo menos três “dificuldades” quanto ao processo de participação. O primeiro é o “problema de implementação”, isto é, mesmo quando os governos procuram realizar meios de participação voltados para incluir grupos menos favorecidos, os mais poderosos têm força para impedir essa participação. O segundo é o “problema da desigualdade”: mesmo quando espaços são criados para todos participar, as desigualdades socioeconômicas tendem a criar dificuldades à participação de certos grupos sociais. O terceiro é o “problema de cooptação”: mesmo que os espaços de participação sejam verdadeiramente representativos, o desequilíbrio entre o governo e os participantes, no que se refere ao controle da informação e dos recursos, faz com que a participação seja manipulada pelos membros do governo (ABERS, 2000 apud SOUZA, 2001).

Mesmo assim, apesar da literatura classificar casos de sucesso do OP em cidades como Porto Alegre-RS e Belo Horizonte-MG, ao menos ao que se refere a seus objetivos, razões desse sucesso variam de acordo com a análise de cada autor. Isso porque, a participação significa coisas diferentes para pessoas ou grupos diferentes (SOUZA, 2001).

Como classifica Souza (2001, p. 88), “Para alguns autores, a participação é uma forma de aumentar a eficiência dos governos; para outros, ela implica o aumento da justiça social, ou seja, o acesso de pessoas e grupos historicamente excluídos do processo decisório”. Não obstante, a participação estabelece, além de uma justiça social equânime, a otimização dos recursos públicos, quanto à responsividade e efetividade em implementá-los.

Outrossim, um problema quanto à implementação do OP, pode estar relacionado aos municípios de pequeno porte e/ou de economias debilitadas, pois a maioria dos postos de

trabalhos nestas localidades advém do poder público. Por mais que seja democrática a administração municipal, o vínculo de emprego pode influenciar negativamente na participação dos cidadãos sobre o OP.

Não só as variáveis supracitadas, mas outros acontecimentos também dificultam a implementação do OP. Os municípios de grande densidade demográfica e principalmente as capitais, possuem dificuldades de mobilização dos atores sociais para participar das decisões públicas (COSTA, 2005).

Enfim, diversidades de fatores interligados ao OP podem estar contribuindo negativamente para a sua implementação. Entre eles estão: falta de vontade política do gestor, desenho institucional, ausência de cultura associativa da população etc. Estas são algumas variáveis que podem dificultar para a não realização do OP e o seu êxito.

3 METODOLOGIA

A pesquisa de reveste de caráter descritivo e exploratório, utilizando-se de fontes primárias e secundárias, com aplicação de questionários semi-estruturados e bibliografias que estejam relacionadas de forma direta e indireta a temática. A tabulação dos dados foi efetuada através de software computacional disponibilizado pela *Microsoft Office* com acesso livre e gratuito.

Esta se conduziu em uma Pesquisa de Campo, que teve o propósito de obter informações e saber a cerca do fenômeno para o qual se buscava uma resposta da situação, através da documentação direta na coleta de dados no município de Amparo-PB, universo escolhido para a investigação (LAKATOS e MARCONI, 2010).

Para observação da realidade e coleta dos dados, foi usada a técnica de 100 (cem) entrevistas padronizadas e estruturadas, mediante um roteiro preestabelecido de perguntas em um questionário como instrumento, realizando contato direto com os entrevistados, para a obtenção das informações a respeito do conhecimento e/ou interesse em participar da população nas plenárias do OP no município de Amparo-PB, para a construção do Orçamento Público.

Para obtenção dos resultados, foi utilizado o Método de Estatística descritiva, através de amostras aleatórias⁶ entre a comunidade de Amparo – objeto de estudo – que fornece um

⁶ A presente pesquisa, tendo como objetivo estabelecer uma relação direta entre o grau de conhecimento da população sobre o tema Orçamento participativo, bem como o interesse em participar efetivamente das discussões, foi instituído um método aleatório para a aplicação de questionário, uma vez que, para obter uma

detalhamento da quantidade de pessoas participantes das entrevistas, quantas conhecem e/ou se interessam em participar da discussão do tema OP para a construção do Orçamento Público.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Entre os meses de março e junho do ano 2013, a administração pública municipal de Amparo-PB, através do seu representante legal, o Sr. Prefeito, iniciou em conjunto com os Secretários Municipais, o debate sobre o Orçamento Público, através de plenárias do OP, junto as comunidades rurais e finalizando esta discussão na sede do município. Segundo o entrevistado Araújo Filho, a média de participantes nas plenárias do OP, era de 100 (cem) pessoas nas plenárias da zona rural, e 300 (trezentos) participantes na ultima plenária do OP na sede do município.

O objetivo destas discussões nas comunidades e sede do município, era verificar as demandas destas localidades, e em seguida, inserir os pleitos escolhidos à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, como metas administrativas para o exercício seguinte, e posterior inclusão à proposta de Lei Orçamentária Anual -LOA. Após ouvir sugestões da população das comunidades visitadas, observou-se que a maioria dos participantes destas localidades, escolheram para realização pela administração pública municipal, as seguintes prioridades, em maior parte: a saúde, abastecimento d'água e emprego e renda (informação verbal).

4.1 PARTE I – PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS NO MUNICÍPIO DE AMPARO-PB

4.1.1 Questão 1 – Gênero

Tabela 01 – Distribuição de frequência do perfil quanto ao gênero dos entrevistados

Gênero	N
Feminino	49
Masculino	51
Total	100

Fonte:Elaboração própria a partir de aplicação de questionário

visão sistêmica do universo em questão, realizar diagnóstico empírico e constituir resultados plausíveis, foi necessário amostra entre o público geral residente no município da pesquisa.

De acordo com a tabela 01, percebe-se que 49 (quarenta e nove) pessoas são do sexo feminino e 51 (cinquenta e uma) pessoas do sexo masculino. Logo, pelos números apresentados, fica evidente o equilíbrio em número e percentual dos entrevistados de ambos os sexos.

4.1.2 Questão 2 - Faixa etária dos entrevistados

Tabela 02 – Distribuição de frequência do perfil quanto à faixa etária

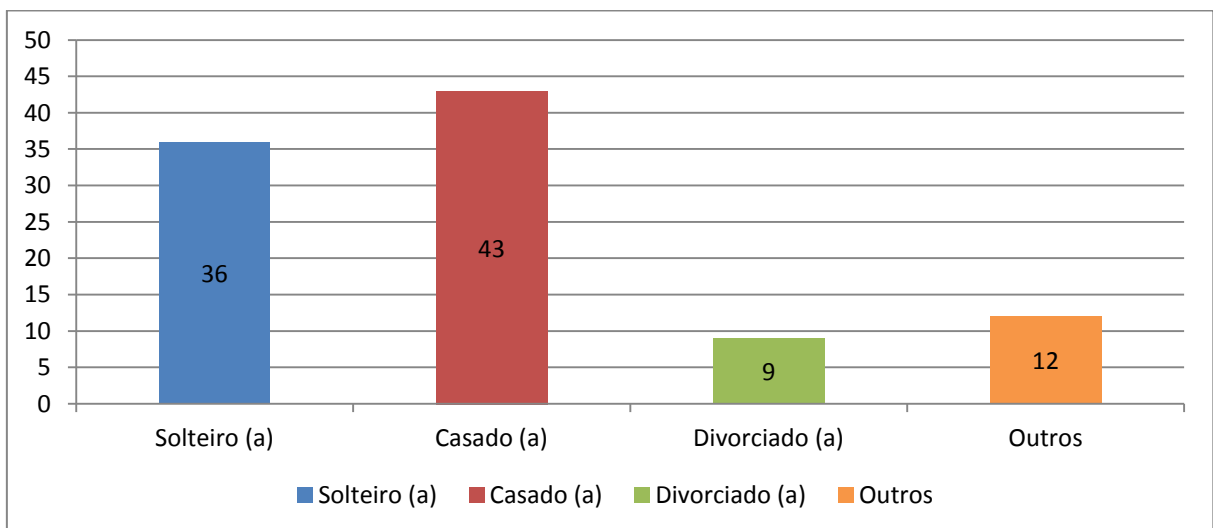
Faixa Etária	N
De 18 a 25 anos	25
De 26 a 35 anos	35
De 36 a 45 anos	20
Mais de 45 anos	20
Total	100

Fonte: Elaboração própria a partir de aplicação de questionário

Conforme a tabela 02, observa-se que as amostras apresentaram-se homogêneas. Sendo que houve uma pequena diferença para mais na faixa etária de 26 a 35 anos. A tabela acima evidencia a referida distribuição entre os entrevistados.

4.1.3 Questão 3 - Estado Civil dos entrevistados

Figura 01 – Distribuição de frequência do perfil quanto ao estado civil dos entrevistados

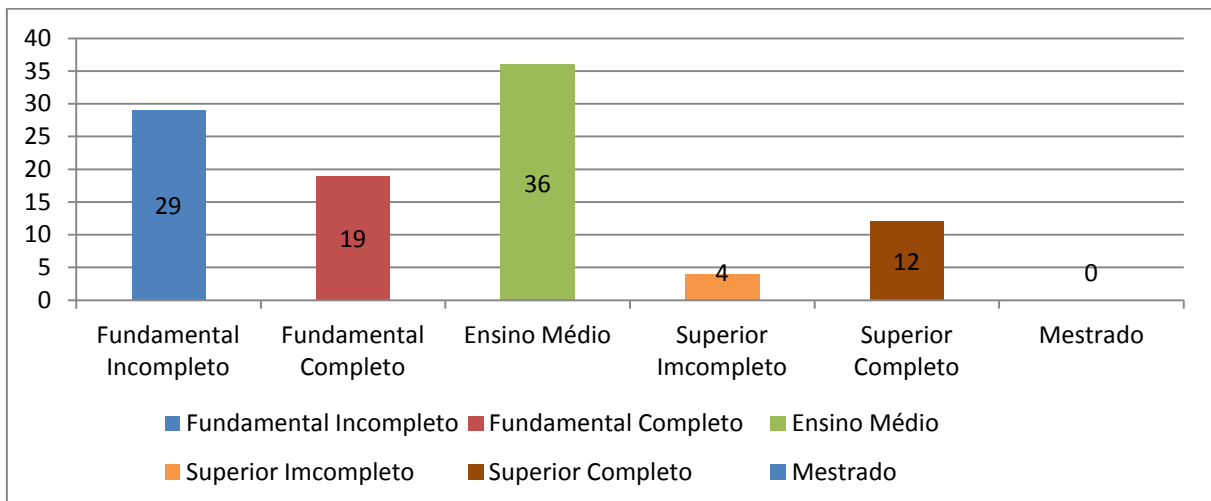


Fonte: Elaboração própria a partir de aplicação de questionário

Como explícito na figura 01, o número de pessoas entrevistadas que declararam serem solteiros (as) apresentou o nº de 36 (trinta e seis); a opção casado (a) declarou a quantia de 43 (quarenta e três) e, entre as variáveis disponíveis, esta foi a que concentrou o maior número de entrevistados; a opção divorciado, 9 (nove) pessoas se declararam e; 12 (doze) pessoas responderam a opção outros. Na opção outros, diziam serem viúvos, ou residir com outro companheiro (a).

4.1.4 Questão 4 - Grau de escolaridade dos entrevistados

Figura 02 – Distribuição de frequência do perfil quanto ao grau de escolaridade dos entrevistados



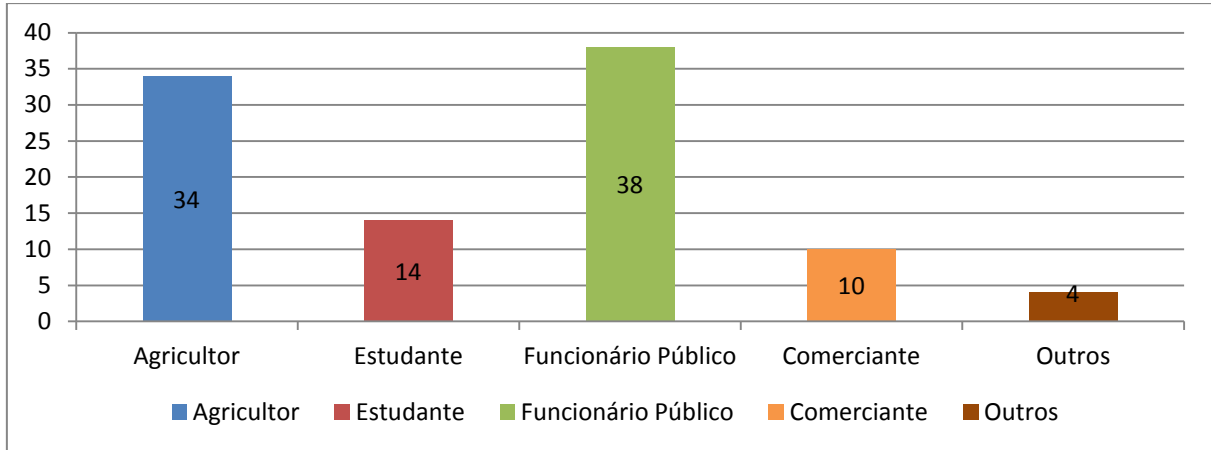
Fonte: Elaboração própria a partir de aplicação de questionário

Quanto ao grau de escolaridade, observa-se conforme a figura 02, que a maioria dos entrevistados possui o ensino fundamental (incompleto e/ou completo), sendo que a soma destas duas variáveis representa a quantia de 48 (quarenta e oito) pessoas. Em seguida, 36 (trinta e seis) pessoas responderam terem o ensino médio. Estes são dados que mostram que o perfil de escolaridade dos entrevistados no município de Amparo-PB é de nível baixo.

A opção ensino superior (incompleto e completo) em comparação as outras variáveis, apresentam valores bem inferiores.

4.1.5 - Questão cinco - Tipo de trabalho que exerce entrevistado

Figura 03 – Distribuição de freqüência do perfil relacionado ao trabalho que exerce o entrevistado



Fonte: Elaboração própria a partir de aplicação de questionário

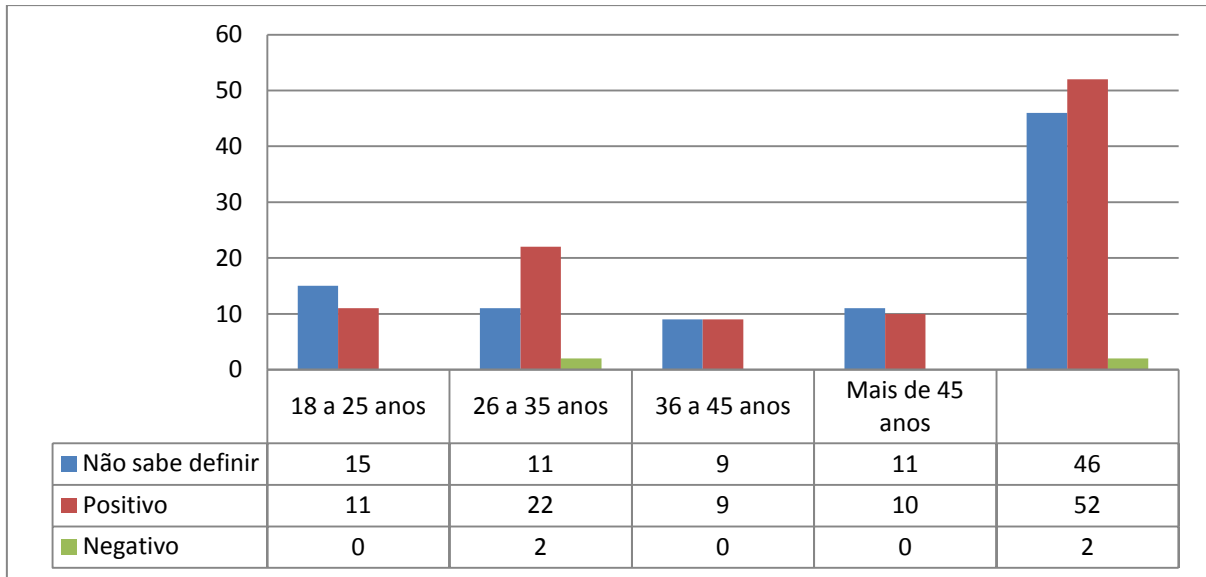
Conforme a figura 03 acima, a principal atividade dos entrevistados no município de Amparo-PB foi a de funcionário público, apresentando a quantia de 38 (trinta e oito) pessoas que exerce essa função. Em seguida, na segunda colocação em quantidade, têm-se a atividade da agricultura com 34 (trinta e quatro) pessoas que responderam exercer essa atividade.

Nas demais variáveis, estudante apresentou 14 (quatorze) dentre os entrevistados; Comerciante 10 (dez) se disse neste ramo de atividade e; Outros com 4 (quatro) opções, que diziam terem atividades informais.

4.1.6 Relação da Idade com o conhecimento dos entrevistados

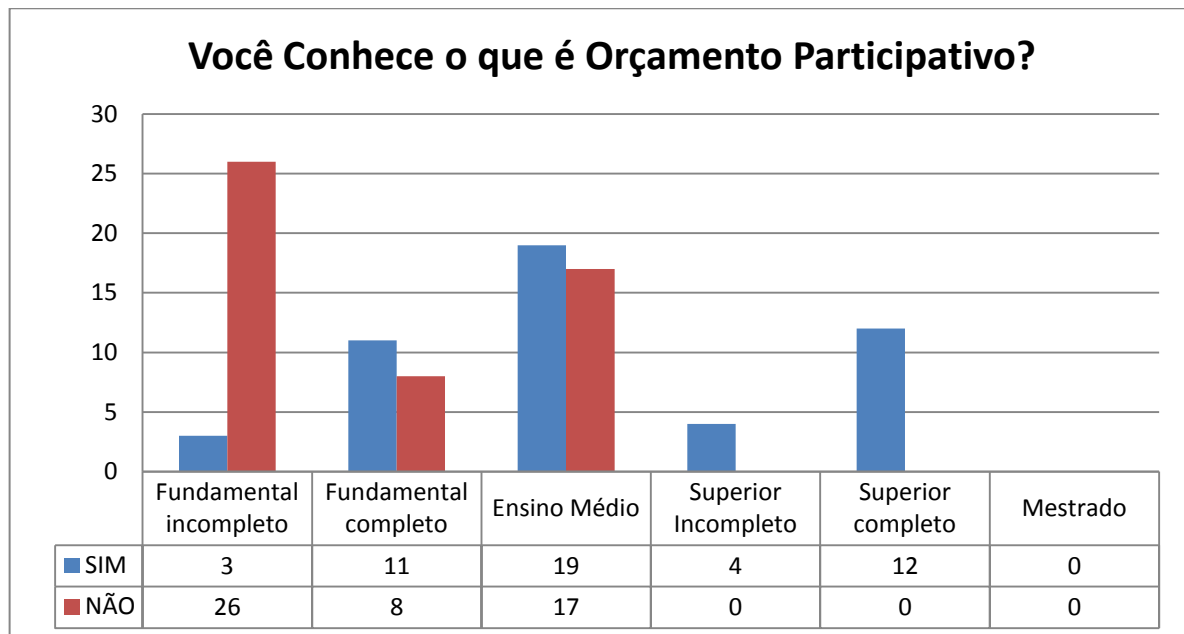
Há diversas formas, tipos, graus, níveis e âmbitos de participação, mas, apesar de qualitativamente distintas, não são excludentes e dependem de múltiplos fatores (idade, maturidade participativa dos sujeitos, propósito do projeto, etc.) (TRILLA e NOVELA, 2001).

Nesse sentido, segue abaixo gráficos que expõem esses requisitos fundamentais para analisar a participação do OP na cidade de Amparo – PB, tendo relação entre a idade e o conhecimento sobre o respectivo tema aos entrevistados, bem como a relação do conhecimento com a escolaridade:

Figura 4 – Idade x Conhecimento dos entrevistados

Fonte: Elaboração Própria de acordo com os dados da pesquisa

Como é possível observar na figura 4, 52% dos entrevistados classificam o instrumento de participação social (OP) de forma positiva. Estes com um predomínio de 42,31% entre a faixa de 26 a 35 anos. Verifica-se também que parcela significativa dos entrevistados - 46% do total - não sabe definir o orçamento participativo, isto, predominando na faixa etária entre 18 a 25 anos, com 32,61%. E apenas 2% da população entrevistada classificam o OP de forma negativa.

Figura 5 - Relação entre o conhecimento sobre o OP e a escolaridade dos entrevistados

Fonte: Elaboração Própria de acordo com os dados da pesquisa.

A figura 5 representa uma análise entre o conhecimento dos entrevistados na cidade de Amparo com o grau de escolaridade dos mesmos. É possível notar que a predominância em desconhecer o que é ou qual a função do OP dar-se entre as pessoas com nível de escolaridade menor (fundamental incompleto). Também se percebe que houve certo equilíbrio nas respostas “sim” e “não” entre os entrevistados com nível de escolaridade “fundamental completo” e “ensino médio”; todavia, predominando o conhecimento “sim” do OP. A nível superior, pode-se observar que todos os entrevistados com este grau de escolaridade, completo ou incompleto, conheciam o instrumento de participação democrática.

4.1.7 Questão 6 - Renda familiar dos entrevistados

Tabela 03 – Distribuição de freqüência do perfil quanto à renda familiar dos entrevistados

Renda Familiar	N
Até 1 Salário Mínimo	51
De 1 a 2 Salários Mínimos	34
De 2 a 3 Salários Mínimos	8
De 3 a 4 Salários Mínimos	5
Acima de 4 Salários Mínimos	2
Outros	0
Total	100

Fonte: Elaboração Própria de acordo com os dados da pesquisa

De acordo com a tabela 03, o perfil de renda das famílias no município de Amparo-PB, 51% dos entrevistados, disseram ganhar a quantia de até 1 (um) salário mínimo. Em seguida, 34% das famílias confirmaram que ganham de 1 até 2 salários mínimos. Este fator renda pode está relacionado às atividades que exercem, pois as principais ocupações dos entrevistados são a agricultura e funcionalismo público municipal. Pelas as amostras coletadas, mostra que o perfil das famílias do município de Amparo-PB é de baixa renda.

4.2 PARTE II – PESQUISA RELACIONADA AO CONHECIMENTO E INTERESSE DA POPULAÇÃO EM PARTICIPAR DA DISCUSSÃO DO TEMA OP PARA A CONSTRUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO.

4.2.1 Questão 1 - Você conhece o que é “Orçamento Participativo”?

Tabela 04 – Distribuição de frequência quanto ao conhecimento ao tema “Orçamento Participativo”

Conhece o tema OP	N
Não	51
Sim	49
Total	100

Fonte: Elaboração própria a partir de aplicação de questionário.

Conforme a tabela 04, dentre os entrevistados, houve um equilíbrio dos que conhecem e os que não conhecem o tema OP. Pois, 49 (quarenta e nove) pessoas dizem conhecer, enquanto 51 (cinquenta e uma) dizem não conhecer o tema OP. Os números apresentados são satisfatórios, pois o município realizou apenas 01 (uma) plenária do OP desde a sua emancipação, depois de 17 (dezessete) anos da sua instalação.

O OP é uma ferramenta democrática das administrações comprometidas em planejar as ações do interesse da sociedade, que busca através do debate e da participação, construir serviços e o atendimento igualitário que priorize a coletividade (ARAÚJO, 2011).

4.2.2 - Questão 2 - Como você classifica o “Orçamento Participativo”?

Tabela 05 – Distribuição de frequência de como os entrevistados que conhecem o tema “Orçamento Participativo” o classificam:

Como classifica o tema OP	N	Percentual
Positivo	43	87,75 %
Negativo	2	4,08 %
Não sabe definir	4	8,16 %
Total	49	100 %

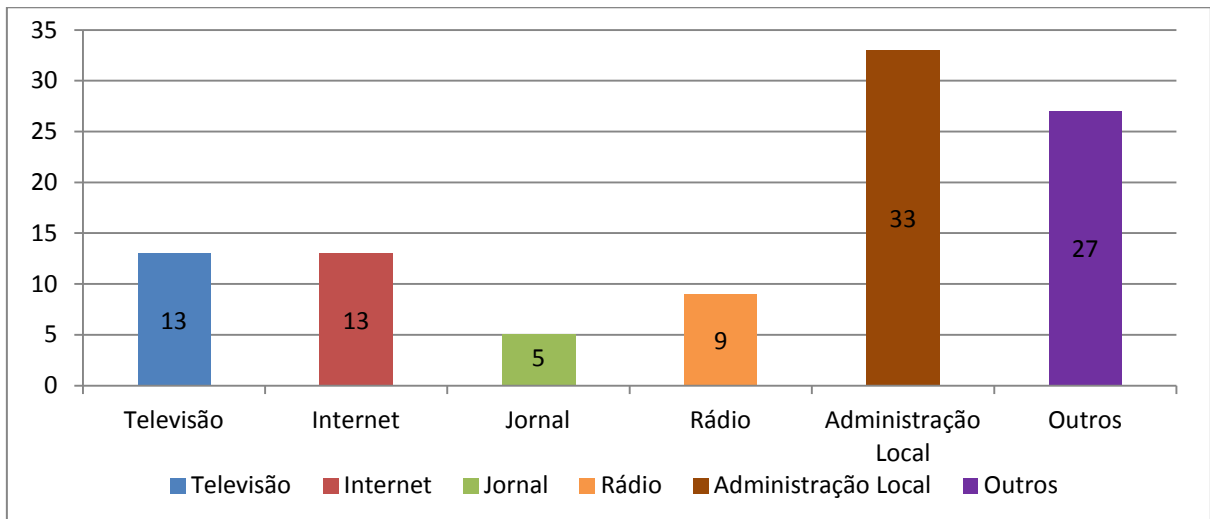
Fonte: Elaboração própria a partir de aplicação de questionário.

A tabela 05 demonstra a quantidade e o percentual de pessoas entrevistadas que classificam o Orçamento Participativo como sendo de caráter positivo, negativo ou não sabem defini-lo. Como pode ser visto, 49 pessoas entrevistada conhecem o tema e 87,75 % destas avalia o instrumento de forma positiva, sendo que uma pequena parcela, 12,24 %, não sabe definir ou o avalia de forma negativa.

4.2.3 Questão 3 – Caso conheça, quais foram os meios de informação sobre o op que você tomou conhecimento?

]

Figura 06 – Distribuição de frequência quanto ao meio que teve conhecimento sobre “Orçamento Participativo”



Fonte: Elaboração própria a partir de aplicação de questionário

De acordo com a figura 06, diversos meios pelos os quais eram possíveis propagar e divulgar o tema OP foram contemplados, mas um dado importante e que chamou a atenção na pesquisa foi o maior acesso de conhecimento, através da plenária do OPlocal, realizado pela administração pública municipal, apresentando a quantia de 33 (trinta e três) pessoas dentro dos entrevistados. Outro dado surpreendente em sua quantidade foi à opção “Outros”, que resultou em 27 (vinte e sete) dos entrevistados, sendo que estas pessoas diziam apenas terem ouvido falar de OP em conversas informais entre amigos.

4.2.4 – Questão 4 – Você tem interesse sobre o tema “Orçamento Participativo”?

Tabela 06 – Distribuição de frequência sobre o interesse dos entrevistados em participar da discussão do “OP” para construção do Orçamento Público Municipal

Interesse sobre OP	N
Sim	75
Não	25
Total	100

Fonte: Elaboração própria a partir de aplicação de questionário

Na tabela 06, somando todos os entrevistados, que conhecem e os que desconhecem sobre o Orçamento Participativo, foi evidenciado que parcela significativa da população classificada na amostra tinha interesse em participar da discussão do tema OP para a construção do Orçamento Público Municipal. Ficando evidente quando 75 (setenta e cinco) pessoas confirmaram sobre a opção “SIM”. Apenas 25 (vinte e cinco) pessoas opinaram “NÃO” e demonstraram o desinteresse em debater este tema. Caso a administração municipal passe a divulgar e realizar mais plenárias do OP, isso poderá contribuir para que a população se envolva mais no planejamento das ações do governo.

4.2.5 Questão 5 – Você participou da reunião do “Orçamento Participativo” da sua cidade?

Tabela 07 – Distribuição de frequência quanto à participação na reunião do “Orçamento Participativo” local

Participação no OP local	N
Sim	27
Não, não pretende participar	21
Não, mas na próxima vez pretende participar	52
Total	100

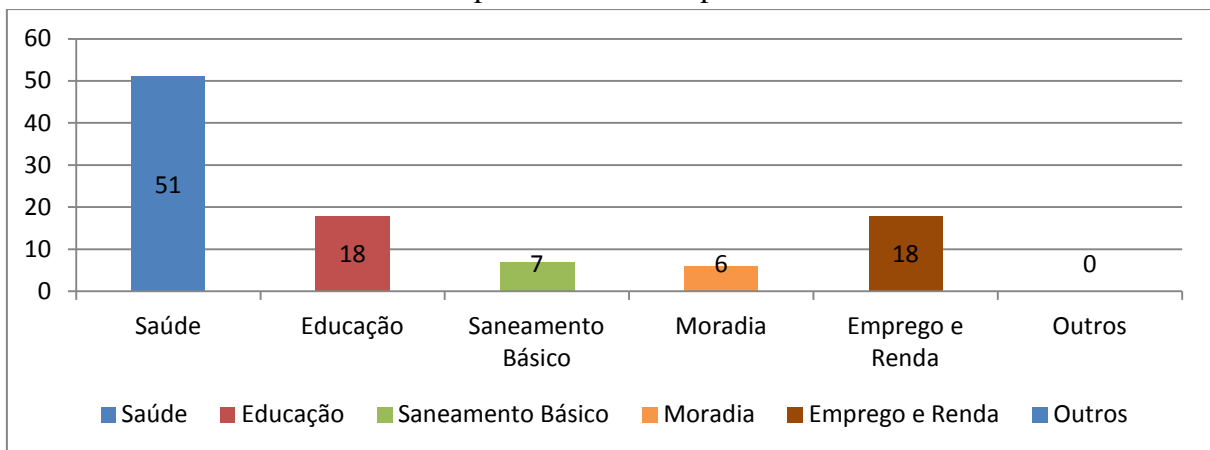
Fonte: Elaboração própria a partir de aplicação de questionário

Quando perguntado aos entrevistados sobre o interesse em participar do OP para a construção do Orçamento Público Municipal, 27 (vinte e sete) pessoas disseram que interessam e confirmaram já terem participado da plenária do OP local respondendo “SIM”; 21 (vinte e uma) pessoas disseram “NÃO”, e não pretendem participar desta discussão e; 52

(cinquenta e duas) pessoas que não participaram, mas demonstraram interesse em participar noutra oportunidade das plenárias do OP.

4.2.6 Questão 7 – Caso tenha interesse sobre o tema, o que você elegeria como prioridade em obras e serviços para a sua cidade?

Figura 07 – Distribuição de frequência quanto o que os entrevistados elegeriam de prioridade para o seu município



Fonte: Elaboração própria a partir de aplicação de questionário

Na figura 07, ela mostra a distribuição das prioridades em obras e serviços públicos escolhidos pelos entrevistados. O item Saúde se destaca com a quantia de 51 (cinquenta e uma) pessoas elegendo esta como preferência; em seguida, o item Educação e Emprego e Renda aparecem empatados com 18 (dezoito) pessoas priorizando estes serviços. Os outros itens Saneamento Básico apresenta 7 (sete) pessoas que preferem e finalizando o item Moradia tem a preferência de 6 (seis) entrevistados.

4.2.7 Questão 7 – Você acredita que a administração municipal irá realizar o que foi definido na plenária do “Orçamento Participativo” da sua cidade?

Tabela 08 – Distribuição de frequência quanto acreditar na realização das obras e serviços públicos escolhidos na plenária do “Orçamento Participativo” local

Acredita que serão realizadas as obras e serviços públicos do OP	N
Sim	76
Não	24
Total	100

Fonte: Elaboração própria a partir de aplicação de questionário

De acordo a tabela 08, a pesquisa verificou que 76 (setenta e seis) entrevistados responderam “SIM” e acreditam na execução das obras e serviços escolhidos no OP, apenas 24 (vinte e quatro) pessoas desacreditam na realização de obras e outros serviços, e quem não serão realizados pela administração local e responderam “NÃO”. Esta realidade, mostra certa credibilidade da administração pública municipal perante os entrevistados.

4.2.8 Questão 8 – Você sabe o que é PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) e LOA (Lei Orçamentária Anual)?

Tabela 09 – Distribuição de frequência quanto ao conhecimento das leis orçamentárias

Conhece PPA, LDO e LOA?	N
Sim	31
Não	69
Total	100

Fonte: Elaboração própria a partir de aplicação de questionário

Conforme a tabela 09 acima, 31 (trinta e uma) pessoas entre as entrevistadas disseram conhecer as leis orçamentárias. Enquanto 69 (sessenta e nove) pessoas dizem não conhecer as leis orçamentárias. Neste caso, existe a possibilidade da maioria dos entrevistados desconhecerem as leis orçamentárias, pelo fato de parte das pessoas pesquisadas, terem um nível de escolaridade baixo, e não haver uma ligação direta destas com a administração pública.

4.2.9 Questão 9 – Quem você procura para solicitar melhorias para a sua Rua, Barro ou Cidade?

Tabela 10 – Distribuição de frequência quanto a quem solicitar as melhorias para a cidade

Quem procura p/ solicitar melhorias na cidade	N
Vereador	16
Prefeito	67
Outros	17
Total	100

Fonte: Elaboração própria a partir de aplicação de questionário

De acordo com a tabela 10 e as amostras da pesquisa, 16 (dezesseis) pessoas disseram procurar o vereador para resolver suas solicitações. Já 67 (sessenta e sete) pessoas entrevistadas, disseram irem diretamente ao prefeito, que o classifica como autoridade máxima do município e que ele consegue resolver com mais facilidade as demandas da população. A opção Outros, aparece com 17 (dezessete) pessoas que dizem não acreditar nem nos vereadores, nem no prefeito para solucionar as melhorias solicitadas. Eles disseram acreditar no Secretário de Obras, particulares ou amigos para resolverem estas demandas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O orçamento participativo é classificado como instrumento decisório e que dispõe de ferramentas inovadoras para discutir e implementar uma nova e moderna gestão pública. Logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e posterior expansão dos espaços democráticos no Brasil, uma das primeiras experiências inovadoras e exitosas que levou ao OP estabelecer grandes proporções, foi em Porto Alegre – RS.

O orçamento é estabelecido como um instrumento de confirmação de planos que desempenha um importante papel na destinação dos recursos aos diferentes órgãos da administração pública, tendo como principal arena o âmbito local.

Foi verificado que 51% da população entrevistada não conhecem o Orçamento Participativo, o que se torna preocupante no que tange a legitimação deste instrumento por parte da gestão pública. 49 pessoas entrevistadas conhecem o OP e 87,75 % destes o classificam de forma positiva. Percebendo-se que uma pequena parcela que conhece o OP classificou de forma negativa ou então, não soube definir.

Pôde-se perceber também que a predominância em desconhecer o que é, e qual a função do OP se estabelece entre as pessoas com nível de escolaridade menor, isto é, nível fundamental incompleto. Não obstante, todos os entrevistados com nível superior completo ou incompleto já conheciam o instrumento de participação democrática. O que se evidencia nesta relação é, claramente, a relação entre a capacidade crítica dos entrevistados com grau de conhecimento sobre o OP.

No que se reporta ao conhecimento sobre o instrumento de participação popular, 33 % dos entrevistados tomaram conhecimento na própria administração local, através das plenárias

do OP local, tendo como mais elevado. Também foi evidenciado que 75 % da população entrevistada, levando em conta o conhecimento e o desconhecimento sobre o propósito do OP, se interessaram efetivamente pelo tema.

Deste modo, o que se observa é que caso a administração pública municipal passe a divulgar e a realizar mais plenárias do OP, isso poderá contribuir de forma significativa para o envolvimento mais efetivo da população no planejamento, assim como na execução e fiscalização das ações governamentais.

Sugere-se, deste modo, como alternativa para tornar a gestão participativa, incrementos da administração pública municipal ao propagar e incentivar à população a participar mais das decisões de interesse coletivo. O OP pode ser visto como instrumento democrático de aprendizagem para o exercício da cidadania, ao permitir que cidadãos cobrem mais dos seus representantes e caminhem rumo à plenitude da cidadania. Ao mesmo tempo em que permite o aperfeiçoamento de práticas democráticas e transparentes.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. **Instituições Participativas e desenho institucional**: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Revista Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p. 43-64. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/02.pdf>> Acesso em: 22 Set. 2014.
- _____. **New public spheres in Brazil**. *International Journal of Urban Regional Research*, 2006.
- AVRITZER, L. et al. **Reiventando os mecanismos de inclusão e controle social nos conselhos de saúde**. 2005. Disponível em: <<http://www.democraciaparticipativa.org/pesquisas>> Acesso em: 10 maio 2006.
- ARAÚJO, Edinaura Almeida de. **Orçamento Participativo**: desafios e perspectivas de uma ação democrática e participativa na cidade de Pombal-PB. (Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal. Centro de Ciências Sociais Aplicada. Departamento de Economia). 2011. 21p.
- ARAÚJO FILHO, Francisco Fernandes de. **Entrevista concedida pelo vereador – Câmara de Vereadores**. Amparo, 2 jul. 2014.
- BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- BAIERLE, S. G. The explosion of experience: the emergence of a new ethical-political principle in popular movements in Porto Alegre, Brazil. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (eds.). **Cultures Of Politics/Politics Of Cultures: Re-Visioning Latin American Social Movements**. 1a.ed. Boulder, Colorado, EUA: Westview Press, 1988.
- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2014.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. – 6 ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. Conceitos Básicos de Sociologia. In: _____. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 3ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Moderna, 2005, p. 385-408.
- COSTA, Flávia Danyelle Alves da. **Orçamento Participativo**: a institucionalização da participação popular no controle do orçamento público. O município de Campina Grande-PB. 2005. 173f. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação em Planejamento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo- FAU, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2005.

CAVALCANTI, Pedro Luiz. O Orçamento Participativo: estratégia rumo á gestão pública mais legítima e democrática. **Res Pvblica**: Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Brasília, v. 6, nº. 2, p. 11-28, Dez. 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. – 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Controle Social**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlSocial/>>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

SOUZA, Celina. **Construção e Consolidação de Instituições Democráticas**: papel do orçamento participativo. São Paulo, 2001.

TRILLA, J. B; NOVELLA, A. Educación y participación social de lainfancia. OEI-Ediciones, Revista iberoamericana de Educación, Sociedade educadora, n. 26, mayo/agosto 2001. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br>>. Acesso em: 05 de Jan. 2008.

VIANA, Mario Augusto Carvalho. **Mecanismos de Participação e Fiscalização do Orçamento Público**: a experiência do orçamento participativo de Vitória da Conquista. 2009. 90f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Vitória da Conquista, 2009.

WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: “boas práticas” devem ser promovidas?. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 14, nº 1, junho, 2008, p. 65-95.

APÊNDICE (A)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFPG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO- CDSA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO- UAEDUC
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

QUESTIONÁRIO**PESQUISA DE CONHECIMENTO E INTERESSE DA POPULAÇÃO DE AMPARO-PB SOBRE “ORÇAMENTO PARTICIPATIVO” PARA A CONSTRUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL.**

Prezado(a) Senhor(a),

A presente pesquisa tem o objetivo de coletar dados para um trabalho acadêmico de conclusão de curso - TCC, sobre o tema “Orçamento Participativo”, e a partir destas informações coletadas, analisar o conhecimento e interesse da população sobre a temática na elaboração do Orçamento Público. Deve-se ressaltar que será assegurado o anonimato de suas respostas, que serão de grande importância para o êxito deste trabalho.

José Wilame Batista de Freitas (Pesquisador)

Alex Bruno F. M. do Nascimento (Orientador)

Parte I - Perfil socioeconômico dos entrevistados no município de Amparo-PB.**1. Gênero:**

Feminino Masculino

2. Faixa Etária de Idade:

De 18 a 25 anos De 36 a 45 anos

De 26 a 35 anos Mais de 45 anos

3. Estado Civil:

- Solteiro (a) Divorciado
 Casado (a) Outros

4. Grau de Escolaridade:

- Fundamental Incompleto Ensino Médio
 Fundamental Completo Superior Incompleto
 Superior Completo Mestrado

5. Tipo de Trabalho que Exerce:

- Agricultor Funcionário Público
 Estudante Comerciante
 Outras Atividades

6. Renda Familiar:

- Até 1 Salário Mínimo De 2 a 3 Salários Mínimos
 De 1 a 2 Salários Mínimos De 3 a 4 Salários Mínimos
 Acima de 4 Salários Mínimos

Parte II – Perguntas relacionadas à realização do “Orçamento Participativo” no município de Amparo-PB, e o grau de conhecimento e interesse da população para a elaboração do Orçamento Público Municipal.

1. Você conhece o que é “Orçamento Participativo”?

- Sim
 Não

2. Como você classifica o “Orçamento Participativo”?

- Positivo
 Negativo
 Não sabe definir

3. Caso conheça, qual foi o meio que você tomou conhecimento?

- Televisão
- Internet
- Jornal
- Rádio
- Administração Municipal
- Outros

4. Você tem interesse sobre o tema “Orçamento Participativo”?

- Sim
- Não

5. Você participou da reunião do “Orçamento Participativo” da sua cidade?

- Sim
- Não
- Não, mas na próxima vez pretendo participar

6. Caso tenha interesse sobre o tema, o que você elegeria como prioridade em obras e serviços para a sua cidade?

- Saúde
- Educação
- Saneamento Básico
- Moradia
- Emprego e Renda
- Outros: _____

7. Você acredita que a administração municipal irá realizar o que foi definido na reunião do “Orçamento Participativo” da sua cidade?

- Sim
- Não

8. Você sabe o que é PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) e LOA (Lei Orçamentária Anual)?

Sim

Não

9. Quem você procura para solicitar melhorias para a sua Rua, Bairro ou Cidade?

Vereador

Prefeito

Outros: _____